

ADMINISTRAÇÃO

PENA EM REGIME FECHADO



Sérgio Zerbinato, ex-vereador em Ribeirão Preto, condenado por rachadinha

Zerbinato é condenado a cinco anos de prisão por rachadinha

Tribunal de Justiça aumentou tempo de condenação do ex-vereador por exigir que ex-assessor dividisse salário com irmã

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) revisou, para mais, a condenação do ex-vereador Sérgio Luiz Zerbinato Rodrigues e de sua irmã, Dalila Zerbinato Rodrigues, por participarem de um esquema de corrupção envolvendo rachadinha de salários na Câmara de Ribeirão. Foi a primeira vez na história da cidade que um parlamentar foi condenando pelo crime.

Ele terá que cumprir cinco anos, dois meses e seis dias em regime fechado, além do pagamento de multa no valor de R\$ 11,6 mil. Já Dalila foi condenada a três anos, dez meses e vinte dias de prisão em regime semiaberto, e multa de R\$ 9,6 mil.

Inicialmente, a Justiça de Ribeirão havia condenado o ex-parlamentar a quatro anos, além de multa de R\$ 30.360. No TJ, a pena foi ampliada e a multa, diminuída.

Na decisão, demonstra-se que o Judiciário entende que há provas cabais do esquema de corrupção montado no gabinete do vereador, que obrigava uma de suas assessoras a devolver parte do salário. O recurso — na

casa dos R\$ 3 mil mensais — era então direcionado à irmã do parlamentar, Dalila.

A Justiça reconheceu, ainda, uma agravante no crime de corrupção passiva praticado pelo ex-vereador. Para o Tribunal, Zerbinato teria a obrigação de impedir a prática criminosa em seu gabinete.

Zerbinato e a irmã ainda podem recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a pena.

O CASO

Em novembro de 2021, o jornalista Eduardo Schiavoni, editor-chefe do Jornal Ribeirão, atuando então pelo Portal Thathi, revelou com exclusividade a acusação de rachadinha no gabinete do então vereador.

Ivanilde Rodrigues, a denunciante, era assessora parlamentar direta do Zerbinato, cargo comissionado, de livre escolha do parlamentar, com salário de R\$7.973,42. Destes, pouco menos de R\$ 3 mil eram repassados à irmã do parlamentar. O acordo foi iniciado desde que Ivanilde foi nomeada, em 4 de janeiro de 2021, e perdurou até o início de agosto, quando ela foi

exonerada do cargo. A denúncia foi feita em novembro de 2021.

“Antes de eu assumir, ele disse que precisaria ajudar a irmã. Depois que entrei, houve uma reunião e ele pediu que eu repassasse a ela R\$ 3 mil do meu salário. Eu repassava entre R\$ 2,2 mil a R\$ 2,5 mil, dependendo do mês. Ele disse que parte do salário teria que ser destinado para a irmã dele, que estava ajudando no gabinete e precisava ser remunerada de alguma forma”, disse a ex-assessora.

MAIS UMA

Além de Ivanilde Rodrigues, outra ex-assessora parlamentar, Renata Benedicto, que trabalhou na Câmara, mas em outro gabinete, também confirmou ter recebido proposta similar do ex-vereador.

“O Sérgio Zerbinato fez essa proposta pra mim na época da campanha e eu recusei veementemente e o aconselhei a esquecer essa ideia”, disse Renata nas redes sociais, pouco depois da divulgação da denúncia. Ainda segundo ela, o vereador disse textualmente que ela precisaria devolver o dinheiro.

Esquema previa devolução de salário para irmã do vereador

Zerbinato foi acusado pela ex-assessora Ivanilde Ribeiro de coordenar um esquema de rachadinha para beneficiar a irmã, Dalila, que exercia extraoficialmente o comando do gabinete do vereador na Câmara.

Ela seria nomeada como assessora parlamentar — o menor salário para assessoria era de R\$ 5,9 mil e o maior, R\$ 7,9 mil, mas teria que devolver parte dos recursos para o parlamentar, dinheiro que seria utilizada para pagar a irmã dele.

Segundo denúncia do Ministério Público,

Os recursos eram devolvidos tanto em dinheiro vivo quanto na forma de pagamento de boletos e contas gerais. Em pelo menos duas ocasiões, houve depósitos feitos diretamente da conta de Ivanilde para a conta da irmã de Zerbinato.

Na gravação, o vereador chega a informar que Ivanilde não seria prejudicada, já que “ninguém tem como provar” o esquema arquitetado por ele. Ele chega, ainda, a demitir a assessora, oferecendo a ela R\$ 1 mil, teoricamente de sua própria remuneração, para “manter a amizade” com ela.

EX-VEREADOR PODE TENTAR RECURSO NO STJ E STF

A condenação por corrupção passiva e o regime inicial fechado para o ex-vereador Zerbinato têm implicações significativas, incluindo a possível perda dos direitos políticos, o que o impediria de concorrer a cargos eletivos por um período determinado.

Para isso, entretanto, será necessário esperar que a decisão judicial se torne definitiva, o que não tem prazo para ocorrer.

A defesa de Sérgio e Dalila,

representada pelo advogado Paulo Roberto Prado Franchi, ainda pode recorrer da decisão a instâncias superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A reportagem tentou contato com a defesa de Zerbinato, mas não conseguiu retorno até o fechamento desta edição. O parlamentar também não atendeu às tentativas de contato da redação.